

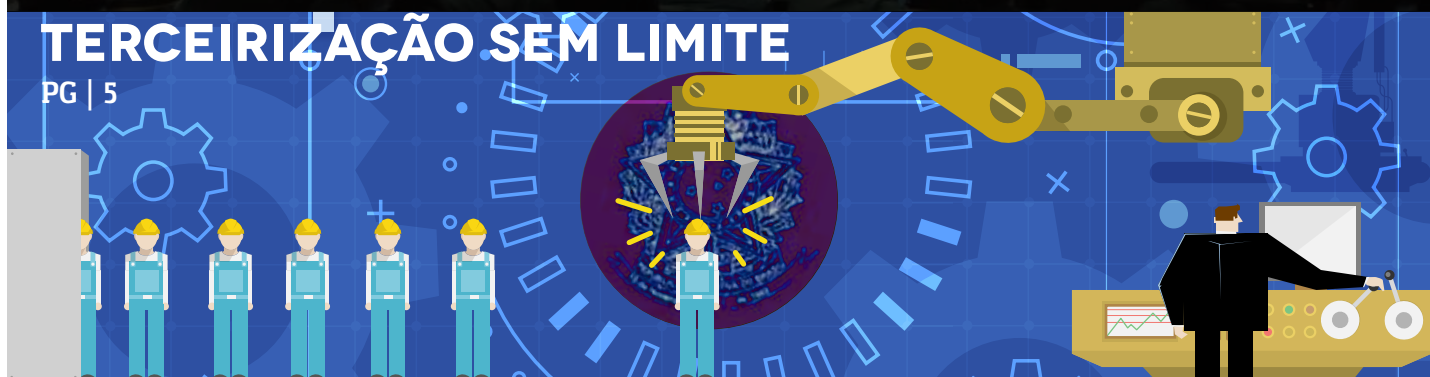
GOVERNO E CONGRESSO JOGAM CLT NO LIXO



J. Batista/Câmara dos Deputados

TERCEIRIZAÇÃO SEM LIMITE

PG | 5



Wanderlei Pozzembom

Wanderlei Pozzembom

Fábio Varela



Jornalistas nas Greves Gerais. PG | 6



Violência no Ocupa Brasília. PG | 7



JR Duran na Cozinha Fotográfica. PG | 7

EDITORIAL

O BRASIL EM RISCO!

Wanderlei Pozzembom



O cenário político do país teve proporções inimagináveis no primeiro semestre deste ano. Já se previa que os trabalhadores enfrentariam grandes desafios, no entanto, as ameaças contra os seus direitos e contra a democracia no país só aumentaram.

Mesmo com as denúncias de corrupção da base do governo atual, inclusive de casos que envolvem o presidente ilegítimo Michel Temer, o Executivo não abandonou a ideia de punir os trabalhadores com suas reformas nefastas.

Em março, o governo conseguiu aprovar o Projeto de Lei 4302/98, que regulamenta a terceirização sem limites, nas esferas pública e privada. O projeto legaliza não só a terceirização, mas permite também a quarteirização e a "pejotização". Essa lei cria obstáculos para que os trabalhadores ingressem na Justiça do Trabalho, caso os empregadores não cumpram com as convenções e/ou acordos coletivos e não sigam a legislação trabalhista.

E não para por aí. O pacote de maldades é extenso. A Reforma Trabalhista proposta pelo governo e piorada consideravelmente durante a tramitação na Câmara dos Deputados foi aprovada às pressas pelo Senado Federal no início deste mês. Ela prevê a alteração de mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que na prática significa rasgar a lei. Propostas como a regulamentação do trabalho intermitente, a individualização da negociação trabalhista, o aumento de jornada, o parcelamento das férias, entre outras tantas, pioram ainda

mais a vida do trabalhador.

Agora, o próximo ataque aos direitos dos trabalhadores será a aprovação da Reforma da Previdência, proposta que altera todos os

benefícios existentes hoje e deixará milhões de brasileiros sem proteção na velhice.

Retrocessos atrás de retrocessos: todos propostos por um governo que não passou

pelo crivo popular, com ministros investigados pela Operação Lava Jato e pelo próprio presidente citado em delações, que sua condição de chefe do Executivo lhe garante certa segurança jurídica, impedindo o julgamento por atos cometidos antes da posse.

A nós, trabalhadores, só nos resta lutar contra esse governo que investe no desmonte dos direitos sociais e na supressão dos direitos dos trabalhadores. Esse momento para nós, jornalistas, deve ter olhar diferenciado, já que, por um lado, temos a responsabilidade de produzir informação para bem atender os cidadãos, mas por outro também fazemos parte de uma categoria de trabalhadores no exercício de suas funções. É preciso estar atendo ao tipo de informação que produzimos e repassamos para a sociedade, prezando sempre pela qualidade e ética profissional.

Neste segundo NR de 2017, trazemos uma matéria especial sobre os danos da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização para os jornalistas. O boletim também aborda a participação dos jornalistas nas duas Greves Geral e os resultados da violência no #OcupaBrasília. Denunciamos o aumento da prática de censura dentro da Empresa Brasil de Comunicação, que também tomou contornos maiores depois da posse de Michel Temer, e alertamos para o prazo de validade da Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, que está em vigor desde sua assinatura em maio deste ano.

Seguimos fortes na luta contra a retirada dos nossos direitos!

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DF

Direção-Executiva | Gésio Passos, Renata Maffezoli e Wanderlei Pozzembom (coordenadores-gerais); Reginaldo Marcos Aguiar (coordenadora administrativa), Camila Taveira, Alan Marques e Leonor Costa. **Coordenação Administrativa** | Eduardo Wendhausen Ramos, Daiana Lima e Reginaldo Marcos Aguiar. **Coordenação de Comunicação** | Leonor Costa, Jorge Macedo, Lucas Kraus, Victor Ribeiro e Paula Fróes. **Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer** | Alan Marques, Ubirajara Machado e Joana Dare Melo. **Coordenação Jurídica** | Marcos Urupá, Fabio Varela, Ricardo Mignone e Luciano Nascimento. **Coordenação de Formação** | Debora Castro, Roberto Penteado, Maria Mello, Luciana Castro e Jonas Valente. **Coordenação de Condições de Trabalho e Qualidade de Vida** | Bruna Adelaide, Ronaldo Alves, Camila Taveira e Jacira Silva. **Conselho Fiscal** | Beth Fernandes, Lincon Macário e Soane Guerreiro. **Comissão de Ética** | Deraldo Goulart, Eraldo Peres, Juliana César Nunes, Luiz Claudio Ferreira e Renato Ferraz.

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DF

Edição | Gisliene Hesse e Leonor Costa
Redação | Gisliene Hesse
Projeto Gráfico e Diagramação | IncaDesign www.incadesign.com.br

Endereço: Quadra 2 lotes 420/430/440 – City Offices Jornalista Carlos Castello Branco – Cobertura C13. Cep: 70.610-420
Telefones: (61) 3343-2251/fax: (61) 3343-1317
e-mail: sjpdf@sjpdf.org.br site: www.sjpdf.org.br

Convenção Coletiva de Trabalho está valendo desde maio

Arquivo SJPDF

Confira o resultado das negociações. Denúncias sobre os descumprimentos poderão ser feitas junto ao Sindicato

As negociações da Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas 2017/2018 (CCT 2017/2018) foram encerradas depois da realização de três reuniões entre os representantes dos sindicatos dos Jornalistas do DF (SJPDF) e das Empresas de Televisão, Rádios, Revistas e Jornais do DF (Sinterj-DF). As cláusulas da CCT estão em vigor desde 9 de maio, quando o documento foi assinado.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ainda não realizou a homologação por conta de uma série de documentos solicitados pelo órgão, devido à renovação da diretoria do sindicato patronal.

Parecer produzido pela assessoria jurídica do SJPDF explica que o registro não é condição essencial para a validade e eficácia dos instrumentos coletivos, já que se trata de mero ato administrativo vinculado. Ou seja, a partir da assinatura da CCT, a mesma já tem validade e deve ser seguida e aplicada pelas empresas.

Negociações - Pelo segundo ano consecutivo, a assembleia que aprovou a última proposta patronal foi marcada pela mobilização de jornalistas da Rede Globo, que em sua maioria decidiu que a proposta dos patrões não passasse por consulta às redações.

A proposta aprovada pela categoria prevê o reajuste de 4,57% nos salários e no piso salarial (porcentagem referente à inflação do período da data-base dos jornalistas - 1º de abril), ambos realizados em parcela única na folha de maio de 2017.



Gésio Passos, coordenador-geral do SJPDF, em visita à redação do Metrôpoles

A reivindicação da categoria incluía retomar as perdas que ocorreram nos dois últimos anos, uma vez que os patrões não conseguiram trabalhar com a reposição inflacionária e os jornalistas tiveram um prejuízo de 4,33% (sendo 1,42% em 2015 e 2,91% em 2016).

“Nos últimos três anos, o sindicato patronal tem utilizado estratégias complicadas como cansar a categoria e parcelar reajustes em longo prazo. Se não recuperamos as perdas este ano, no ano que vem não será fácil, pois teremos um ano eleitoral no qual não é permitida a verba com publicidade. Esse será um dos argumentos dos patrões na hora de negociar”, afirma Wanderlei Pozzembom, coordenador-geral do SJPDF. Confira ao lado como foram fechadas as cláusulas econômicas:

Convenção Coletiva 2017/2018

Reajuste salário e piso	4,57% (pagamento folha de maio)
Piso	4,57% - (pagamento folha de maio) 5 horas - R\$ 2.530,60 5 horas + 1 hora extra - R\$ 3.391,00 5 horas + 2 horas extras - R\$ 4.251,40
PLR	35% da remuneração - Teto - R\$ 1.900 e Piso - R\$ 1.650 (poderá ser pago em parcela única até 31/12/2017 ou em duas parcelas, sendo a primeira até 31/10/2017 e a segunda até 28/02/2018)
Auxílio-alimentação	Reajustado conforme a inflação, mas somente a partir de 1/3/2018.
Auxílio-creche	Não houve mudança. Foi mantido R\$ 450 da CCT anterior.

O Sindicato solicita aos jornalistas que informem a entidade, caso as empresas estejam condicionando a homologação para efetuar o cumprimento das regras estipuladas na Convenção. As denúncias podem ser feitas pelo e-mail ouvidoria@sjpdf.org.br ou pelo endereço www.sjpdf.org.br/ouvidoria e também pelo telefone 3343-2251, assim como pelas contas do Sindicato nas redes sociais.

DESMONTE DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Reforma Trabalhista: Um dos principais retrocessos é que a negociação entre empresas e trabalhadores irá prevalecer sobre a lei

A classe trabalhadora brasileira sofreu mais um golpe nos seus direitos. No dia 11 de julho, o Senado Federal aprovou PLC 38/2017, da Reforma Trabalhista. Ao fim da votação, 50 senadores votaram a favor das mudanças e 26 votaram contra. Todos os destaques e emendas foram rejeitados por conta da pressão do governo em aprovar a matéria.

Desde quando tomou o poder, o governo ilegítimo de Michel Temer, com a justificativa de ajuste fiscal, investe em alterações que prejudicam a vida do trabalhador brasileiro e retiraram não só direitos trabalhistas, mas também direitos sociais conquistados com muita luta pela população. Primeiro foi a vez da aprovação do teto de gastos públicos, depois da lei da terceirização. Agora da reforma trabalhista. E para o desespero do trabalhador, ainda resta a reforma da Previdência, cujo texto altera para pior todos os benefícios previstos atualmente. Esta matéria ainda deverá ser votada na Câmara e no Senado.

Retrocesso

O texto altera mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um dos maiores problemas na proposta é que ela permite, por exemplo, que a negociação entre empresas e trabalhadores prevaleça sobre a lei em pontos como parcelamento das férias em até três vezes, aumento da jornada de trabalho para até 12 horas diárias, plano de cargos e salários, banco de horas e trabalho em casa. Além disso, retira a exi-



Integrantes de Centrais Sindicais ocupam o gramado em frente ao espelho d'água do Congresso em protesto contra a Reforma Trabalhista

gência de os sindicatos homologarem a rescisão contratual no caso de demissão. O governo argumenta que as mudanças são para modernizar a legislação e gerar mais empregos, pois, segundo o Executivo, o trabalhador terá mais liberdade para definir suas próprias regras junto ao empregador. No entanto, as entidades que representam os trabalhadores contestam, mostrando que as alterações não irão resolver os problemas econômicos do país, muito menos melhorar a vida do trabalhador. Elas significam mais precarização do que já existe. Segundo Thaís Maldonado, da ARM Advocacia, escritório responsável pelo setor jurídico do Sindicato dos Jornalistas do

DF, a lei deveria servir para frear abusos, tanto os realizados pelo Estado contra o indivíduo quanto os do empregador contra o empregado. “Como um empregado vai poder negociar livremente com um patrão se ele depende daquele emprego para manter sua fonte de renda? É nítido que o empregado terá uma relação de dependência. Muitas vezes se sujeitando às decisões dos patrões sob pena de perder seu próprio emprego. O empregado é o vulnerável na relação de trabalho e, com as novas regras, ele corre o risco de ser literalmente engolido pelo empregador”, afirma Maldonado. Para Leonor Costa, diretora do SJPDF, as mudanças da Reforma Trabalhista combinadas

com as regras propostas pela Lei da Terceirização são um desastre na vida dos trabalhadores, em especial na vida dos jornalistas. “Esse governo que está aí, juntamente com as grandes empresas, está interessado em alterar ou retirar direitos para o bem do capital. As aprovações, primeiro da Lei da Terceirização e agora da reforma trabalhista, significam que o país está dando muitos passos pra trás nos nossos direitos. Temos agora um cenário onde a terceirização sem limites, a quarteirização e a ‘pejotização’ se tornaram práticas legais, além de um trabalhador que deverá estar submisso ao seu patrão e terá dificuldade na hora de se defender na Justiça”, ressalta Leonor Costa.

Terceirização: veja como a lei precariza, ainda mais, as condições de trabalho dos jornalistas

Legislação é mais um golpe do governo contra os direitos dos trabalhadores

A aprovação do Projeto de Lei 4302/98, que permite a

terceirização em todas as atividades da empresa, fragiliza e precariza ainda mais as relações de trabalho. No caso dos jornalistas, os efeitos da matéria serão trágicos. Confira o quadro abaixo e entenda os prejuízos das mudanças.



Entenda o que está em jogo

Como era a regulamentação da terceirização	Por meio da súmula 331 do TST e só para atividade-meio.
Como fica com a aprovação do PL 4302/98	Matéria regulamenta a terceirização sem limites, nas esferas públicas e privadas.
O que isso significará na prática para os jornalistas	A atividade principal de uma redação que é a atividade jornalística poderá ser terceirizada.
Quarterização	O PL permite a prática. Com isso, uma empresa terceirizada poderá subcontratar outras empresas para executar os trabalhos.
Pejotização	Projeto legaliza e amplia essa prática para todos os setores da economia. A “pejotização” é considerada uma fraude pela Justiça do Trabalho.
Responsabilidade passa a ser subsidiária	Essa mudança diminui a responsabilidade que a empresa contratante terá diante do trabalhador. A responsabilidade solidária resguardava o empregado, já que neste caso se a empresa terceirizada não cumprir com os direitos dos trabalhadores, a contratante deverá arcar com os custos. A subsidiária fará o trabalhador entrar na justiça tanto contra a empresa que contratou quanto contra a empresa para qual presta serviço.
Negociado sobre o legislado	O texto aprovado admite que acordo ou convenção coletiva possa dispor de outros prazos daqueles definidos na lei — é a prevalência do negociado sobre o legislado.
Trabalho temporário	Os serviços contratados não precisam mais ser extraordinários. A demanda pode ou não ser previsível. O objeto não seria mais por excesso de serviço, mas por demanda complementar, pode ser previsível ou não, de natureza periódica ou sazonal - serve para qualquer empresa. O projeto ampliou o prazo do contrato, sem prévio acordo ou convenção coletiva da categoria, que passa de 90 para 180 — prorrogável por até 90 dias. Esse prazo pode ser consecutivo ou não. Ou seja, o indivíduo pode virar “ping-pong” sendo disponibilizado para diferentes empresas a depender da vontade da empresa, sem nunca conseguir formar vínculo fixo com qualquer delas.
Greve	O projeto abre um precedente perigoso para permitir que lei autorize a contratação de trabalho temporário para substituir trabalhadores em greve.
Consequências	1 - Uma empresa de comunicação poderá funcionar sem contratar um jornalista; 2 - A terceirização trará maior rotatividade de profissionais nas redações e nas assessorias de imprensa/comunicação; 3 - A qualidade da atividade de jornalistas será comprometida; 4 - A lei precariza ainda mais o setor; 5 - O projeto distancia o empregado da empresa, visto que ele passará a ser um mero prestador de serviços; 6 - O trabalhador terceirizado ou quarterizado terá mais dificuldades de cobrar seus direitos não atendidos.

Jornalistas do DF marcam presença nas duas Greves Gerais

Contra as reformas e pela retirada do presidente ilegítimo Michel Temer

Os Jornalistas do DF participaram das duas Greves Gerais, a primeira no dia 28 de abril e a segunda em 30 de junho. Os jornalistas se uniram às diversas categorias profissionais que le-

vantaram a bandeira contra as reformas da Previdência e Trabalhista, e a lei de terceirização. Na paralisação do dia 30 de junho, o pleito #ForaTemer também foi incluído entre as reivindicações dos trabalhadores.

A participação dos jornalistas do DF foi deliberada em assembleias do Sindicato dos Jornalistas do DF e também em assembleias

específicas realizadas com os empregados da Empresa Brasil de Comunicação-EBC. Os jornalistas participaram de atos em frente à EBC. Na primeira edição, os profissionais seguiram em caminhada para a Esplanada, onde ocorreu o ato unificado junto às demais categorias.

O SJPDF chama a atenção para o fato das refor-

mas prejudicarem de forma profunda os trabalhadores brasileiros, em especial os jornalistas, que há muito tempo encaram condições precárias dentro do setor. Formas de contratações irregulares, jornada de trabalho excessiva, alto índice de assédio moral e sexual e acúmulo de funções são alguns dos problemas enfrentados pela categoria.

28 de abril

Em discurso no dia 28 de abril, Renata Maffezoli, coordenadora-geral do SJPDF, reafirmou a posição do Sindicato contra as reformas. "Hoje o jornalista já sofre muito com a terceirização e quarteirização, com essas reformas a gente não vai conseguir se aposentar, nós vamos trabalhar até morrer. Os jornalistas, assim como os demais trabalhadores, não vão trabalhar até morrer. Não vamos aceitar que esse governo ilegítimo tire nossos direitos", declarou Maffezoli.

30 de junho

Durante a greve do dia 30 de junho, Leonor Costa, diretora do SJPDF, afirmou que o momento foi importante para marcar o posicionamento dos trabalhadores. "Nós mostramos para o governo que estamos organizados e que não iremos aceitar os ataques advindos das reformas. Vale ressaltar também a importância da união dos jornalistas com as demais categorias no movimento"



Jornalistas do DF participam de ato em frente à EBC

Pelo menos nove jornalistas são agredidos no Ocupa Brasília

Sindicato pressiona o GDF para solucionar o problema de violência das forças de segurança contra os jornalistas

Cerca de 150 mil pessoas, entre elas trabalhadores de diversos setores da população, estudantes e militantes sociais, se reuniram no dia 24 de maio no #OcupaBrasília (mobilização contra as reformas do governo, retirada do presidente Michel Temer e convocação de eleições diretas).

No entanto, o movimento que tinha tudo para mos-

trar a vontade dos que participaram acabou ganhando uma visibilidade negativa por conta de um decreto presidencial que autorizou 1.500 homens das Forças Armadas para fazer o policiamento do protesto. A medida transformou a Capital Federal em um campo de batalha marcado pela violência realizada de forma desproporcional pelas forças de segurança contra os manifestantes. Números oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) indicaram 49 feridos, entre eles, um por arma de fogo, e oito pessoas detidas.



Jornalistas na cobertura do Ocupa Brasília

Violência contra Jornalistas

Em relação à violência contra jornalistas, um levantamento realizado pelo SJPDF aponta nove casos de agressões sofridas por profissionais da imprensa na cobertura do #OcupaBrasília. O Sindicato apresentou os casos em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e para a Secretaria de Segurança Públi-

ca do DF. A entidade cobrou do GDF melhor cuidado por parte do Estado com os profissionais da imprensa. A criação de um protocolo de segurança, a garantia de Equipamento de Proteção Individual e a capacitação das forças de segurança para lidar com os profissionais de imprensa foram alguns dos pleitos apresentados pela entidade ao governo.

CURTAS

COMISSÕES AVALIATIVAS

Em fevereiro, a categoria elegeu os novos integrantes das comissões avaliativas do Sindicato. As comissões de repórteres fotográficos e cinematográficos, de diagramadores e de ilustradores são órgãos responsáveis pela avaliação das pessoas que solicitam registro profissional. Confira abaixo os nomes dos novos integrantes:



Comissão de Diagramador e Ilustrador - Pablo Alejandro (Designer Gráfico/Ilustrador) e Cristiano Gomes (Ilustrador)

Comissão de Repórter Fotográfico - Fernando Bizerra, Carlos Moura, Wanderlei Pozzembom e Suplente: Alan Marques

Comissão de Repórter Cinematográfico - Fabio Varela, Pedro Olavo e Kleiton Maria-no Amorim.

COZINHA FOTOGRÁFICA

O Sindicato dos Jornalistas do DF promoveu duas Cozinhas Fotográficas no primeiro semestre. Em março, o evento homenageou o repórter fotográfico Ronaldo Oliveira, que faleceu em setembro do ano passado por conta de um câncer no intestino. A edição contou com apresentação das fotos do profissional e histórias da carreira de Ronaldo. Em maio, o destaque ficou com o convidado especial JR Duran, fotógrafo reconhecido no país por retratar celebridades. JR mostrou para uma plateia de cerca de 150 pessoas desde imagens de pessoas simples como é o caso de fotografias que produziu de trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Jirau até imagens de políticos, modelos, cantoras, entre outras. Durante a Cozinha, JR Duran também apresentou a 9ª edição da Rev. Nacional, publicação semestral toda idealizada pelo fotógrafo.

Fábio Varela



CURSO DE TELEJORNALISMO

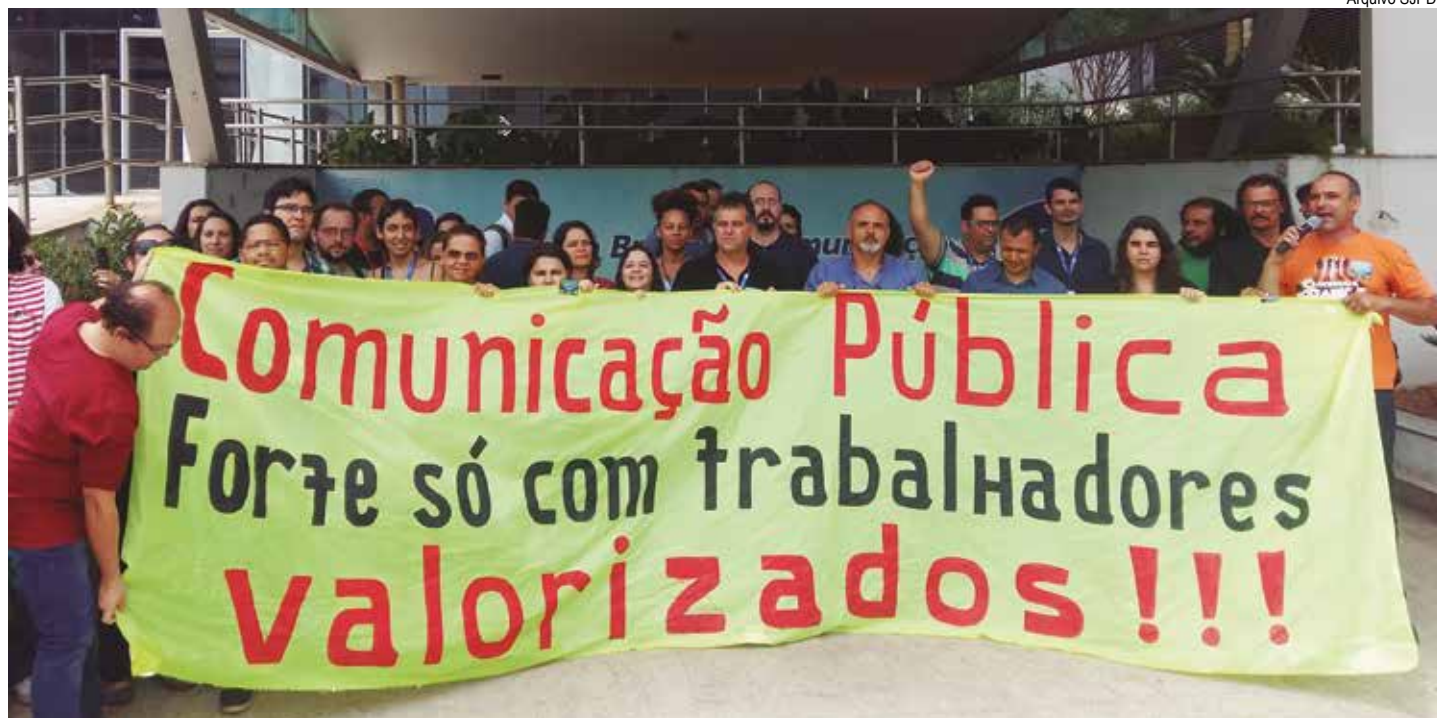
Nos meses de janeiro e maio, foram ministradas duas edições do Curso Prático de Telejornalismo, com a editora Aliene Coutinho. Mais de 20 estudantes de jornalismo e jornalistas aprenderam: fazer texto e produção para tv, ter postura diante das câmeras, treinar entonação e interpretação, com gravações de stand-ups, notas cobertas e matérias externas e usar roupas e maquiagem para o vídeo.



SOLICITE SEU REGISTRO !

Para receber o registro nas funções mencionadas ao lado, os interessados devem passar por um processo de avaliação, que conta com provas práticas e teóricas, bem como com análises de portfólios. O registro só poderá ser solicitado junto ao SJPDF ou diretamente à Superintendência do Trabalho do DF (SRT-DF) após o parecer favorável de uma das comissões de avaliações do Sindicato. Sem esse parecer, os interessados não conseguirão retirar o registro.





Trabalhadores da EBC em ato contra os retrocessos dentro da empresa

Sindicato denuncia censura e desmonte da EBC

Os atos têm ocorrido desde que o governo de Michel Temer tomou o poder

O Sindicato dos Jornalistas do DF e demais entidades que atuam na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) têm denunciado constantemente as práticas de censura e o desmonte da empresa pública. Assim que tomou o poder, o governo Temer buscou desmontar a comunicação pública federal. Em um dos seus primeiros atos, acabou com o controle social ao extinguir o Conselho Curador, além de acabar com o mandato do presidente da EBC.

Entre as práticas de censura, vale citar, como exemplo, o comunicado feito pela Direção de jornalismo da empresa para que seus jornalistas não cobrissem temas políticos durante o Carnaval, não fazendo sequer imagens de faixas e cartazes que criticavam polí-

ticos e governos. À época, o Sindicato dos Jornalistas do DF questionou publicamente a direção da empresa pública.

O Sindicato também denunciou as mudanças intempestivas da direção da EBC, ao modificar os setoristas da Agência Brasil e da Rádio Nacional. Repórteres com anos de experiência na cobertura política e de educação, por exemplo, foram autoritariamente realocados para outras editorias, em mais um exemplo de censura. Além disso, foi denunciada as edições frequentes pró-gover-

no nos telejornais da TV Brasil.

A direção da empresa ainda busca desvirtuar o caráter público da programação da EBC. Durante a programação da rádio foi veiculado programas do governo em defesa das reformas trabalhistas e previdenciária. Um programa das Forças Armadas também passou a ser veiculado semanalmente na Rádio Nacional.

O governo Temer ainda age para estrangular a EBC. Foi cortado quase 40% do orçamento de custeio da empresa, enquanto a diretoria buscou

um aumento de 30% em sua remuneração. A Rádio Nacional da Amazônia está a mais de quatro meses fora do ar por problemas técnicos.

"A EBC está sitiada. O governo desrespeita a legislação e age diretamente para acabar com autonomia da comunicação pública. Os recursos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública continuam contingenciados. Além disso, a diretoria da empresa age para impedir o pleno exercício da liberdade profissional dos jornalistas", afirma Gésio Passos, coordenador geral do SJPDP.

Reação dos empregados -

Os jornalistas e radialistas da EBC vêm se mobilizando para o enfrentamento desta situação. Aprovaram a participação dos empregados nas duas Greves Gerais realizadas no dia 28/4 e 30/6. Os trabalhadores também denunciaram casos de censura e assédio nas redações, além de lutar em defesa da comunicação pública.

Vitórias Judiciais

O Sindicato dos Jornalistas conseguiu ainda duas vitórias na justiça contra a EBC. A primeira foi o reconhecimento pelo TRT do descumprimento de diversas cláusulas do Acordo Coletivo de 2013/2015. Na decisão, o juiz ainda reconheceu a legalidade do SJPDP em representar os jornalistas da empresa pública. O jurídico do Sindicato ainda conseguiu que a EBC devolva o dia descontado dos trabalhadores que participaram da Greve Geral de 28/4.